

## A IMPORTÂNCIA DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA

Zélia Maria Melo de Lima Santos<sup>1</sup>

Rosa Malvina Melo de Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

Objetiva-se nesse artigo mostrar a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), numa escola municipal de Limoeiro/PE, pois ela oferece atendimento especializado a alunos com deficiência. O profissional que trabalha nesse espaço, tem a tarefa de desenvolver estratégias e recursos pedagógicos que atendam às individualidades e especificidade de cada aluno. Além disso, a sala de AEE proporciona um ambiente inclusivo, onde o aluno pode receber atenção personalizada, garantindo sua participação efetiva e seu desenvolvimento educacional. Essa prática contribui, para a promoção da igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade e promovendo a educação para todos. Para fundamentar essa pesquisa recorreu-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011, que trouxe orientações sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/2009, Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008 e autores como Mantoan (2010), Giroto, Poker e Omote (2012), entre tantos outros que foram fundamentais nesse estudo. A metodologia utilizada, foi uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Como resultado percebe-se que o tema abordado requer estudos mais aprofundados, pois a demanda de alunos que necessitam de um acompanhamento especializado só aumenta a cada dia, fazendo com que os professores se preparem e se capacitem visando esse atendimento.

**Palavras-chave:** Sala de AEE, Escola, Inclusão.

### INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ganhado espaço e investimento por parte das políticas públicas, que é um ponto bastante importante para garantir que os alunos com deficiência tenham a atenção de que necessitam nas escolas.

---

<sup>1</sup> Dra. em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professora da Faculdade Luso Brasileira – FALUB, [zeliammelo@hotmail.com](mailto:zeliammelo@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professora da Faculdade Luso Brasileira – FALUB, [rosamalvina@hotmail.com](mailto:rosamalvina@hotmail.com).

Por conta dessa questão que faz parte da vida dos educadores, esta pesquisa apresenta como objetivo geral mostrar a importância das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da Educação Básica.

Essa pesquisa apresenta algumas considerações sobre a Sala de AEE e trata sobre a importância da formação dos professores frente a inclusão dos alunos com deficiência. Em seguida, faz-se uma breve explanação sobre os direitos desses indivíduos, apresentando-se o resultado do questionário aplicado numa escola municipal de Limoeiro/PE.

Para a realização desse estudo, foi utilizada a experiência com esses alunos e as vivências na sala de AEE de uma Escola Municipal de Limoeiro/PE.

O referencial teórico desse estudo foi embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011, que trouxe orientações sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Diretrizes Nacional para a Educação Especial na Educação Básica/2009, Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008 e autores como Mantoan (2010), Giroto, Poker e Omote (2012), além de muitos outros que foram necessários para fortalecer essa pesquisa.

A metodologia utilizada foi bibliográfica e qualitativa que se deu através da aplicação de um questionário com os professores que utilizam a sala de AEE.

Portanto, existe a necessidade das escolas, principalmente as do Ensino Fundamental ter em suas dependências uma sala de AEE com o objetivo de atender às crianças com deficiência.

## **METODOLOGIA**

Para entender melhor o funcionamento e a importância da sala de AEE, foi aplicado um questionário com 2 (duas) questões abertas para 4 (quatro) professoras, sendo uma delas a professora responsável pela sala.

Este estudo teve como objetivo geral mostrar a importância da sala de AEE para os alunos com deficiência.

A metodologia utilizada para averiguação dos posicionamentos dos professores foi a construção de um questionário bem fundamentado, o que possibilitou à pesquisadora um retrato fiel da realidade do processo de inclusão da escola e do funcionamento da sala de AEE. A qualidade das perguntas foi imprescindível para o desenvolvimento do estudo. Este questionário estabeleceu ligação com a situação problema da pesquisa, com o objetivo, com a população em foco, com os métodos e com a análise dos dados escolhidos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 203) o método apresenta pontuais vantagens:

1. Método econômico e com bom rendimento quanto aos dados;
2. Cobre geograficamente área mais ampla;
3. Colhe respostas rápidas precisas;
4. Propicia maior liberdade nas respostas por conta do anonimato;
5. Favorece uniformidade na avaliação, pela impessoalidade do instrumento.

Os dados que foram coletados tiveram início após o contato com o gestor da escola que se prontificou a contribuir com o estudo, quando na oportunidade foram expostas as informações, a importância e os objetivos do estudo, e após essa apresentação foi solicitada a autorização para o início da pesquisa.

Os dados coletados foram avaliados de forma crítica e individual procurando relevar o tema escolhido para o estudo, apontando os problemas encontrados na escola, buscando recomendar possíveis soluções para a problemática em estudo, inclusive fornecendo sugestões.

Cada professor respondeu ao questionário com duas perguntas enviadas por e-mail e posteriormente devolvidas ao pesquisador. Cada resposta dos 04 (quatro) professores foram analisadas, totalizando 8 (oito) análises. O questionário foi igual para todos, seguindo a seguinte organização:

1. Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com estudantes com deficiência?
2. Qual a importância da sala de AEE em seu dia a dia pedagógico no atendimento à criança com deficiência?

## **CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Houve mudanças significativas no contexto atual da educação inclusiva. Em tempos remotos a criança com algum tipo de deficiência, era tida como inferior, incapaz e não tinha importância para a sociedade, conseqüentemente eram vítimas de preconceito.

Freire (2008) afirma que “a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional.”

A educação especial passou a ser valorizada com a implantação nas escolas das salas de AEE.

Segundo Mantoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, o autor chama a atenção para que as pessoas aprendam a conviver com a pessoa com deficiência e veja isso como um privilégio.

## A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AEE NA ESCOLA

Os documentos que atualmente subsidiam a política de inclusão por meio dos serviços especializados são, principalmente, a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto no 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado, onde o primeiro Artigo destaca o dever do Estado em relação à educação das pessoas que necessitam da educação especial e determina as suas diretrizes.

O AEE possui uma grande relevância no processo educacional do aluno com deficiência. As salas desse atendimento na rede pública de ensino, visam contribuir para a melhoria da inclusão e promover a plena participação do educando.

Nesse sentido, a Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009, considera público-alvo do AEE:

a- Alunos com deficiência: aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno de integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c- Alunos com altas habilidades/superdotação; aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009).

Dessa forma, é preciso que as escolas públicas tenham uma atenção especial e um olhar voltado para o trabalho desenvolvido nas salas de AEE nos mais diversos espaços escolares. Nessa perspectiva, não se pode deixar de mencionar o Projeto Político Pedagógico das Escolas e sua importância tanto na inserção como na garantia do funcionamento dessas salas nas escolas, porém, deve-se mencionar o valor do profissional que irá desempenhar suas atividades docentes nesse local e sua formação é imprescindível para um bom atendimento.

Conforme o art.13 da Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, são atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando

- a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (Art.13 da Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009).

De acordo com essa Resolução, o professor que irá desenvolver suas atividades profissionais nas salas de AEE das escolas, deve ser um docente que tenha conhecimentos capazes de executar todos os processos pedagógicos inerentes ao bom desempenho dessas salas, o que poderá resultar num envolvimento de todo o público tanto interno como externo à escola e conseqüentemente reverberar no acolhimento e desempenho dos alunos que procuram esse atendimento nas unidades escolares.

No sentido de atender este direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no artigo 4, inciso III, aponta que o Estado deve ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino” (Redação dada pela Lei no 12.796, de 2013).

Para Omote 2012:

[...] a mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos. Uma escola que só busca arranjo especial determinado pela presença de algum aluno deficiente e na qual a adequação é feita para as necessidades particulares dele não pode ser considerada propriamente inclusiva (Omote, 2012, p. 218).

Dessa maneira, o autor quando diz que inserir o aluno com deficiência em classe comum não deve ser considerado como inclusão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº

8.069/1990) garante a todas as crianças e adolescentes direitos básicos relacionados a sua saúde, educação, profissionalização e trabalho, cultura e lazer, entre outros, buscando uma melhor qualidade de vida e aproveitamento dessa fase. Assim, esse Estatuto corrobora com o autor na garantia do direito à uma educação justa e de qualidade para a pessoa com deficiência.

Além do arcabouço de legislação que implanta garantias de direito à pessoa com deficiência, o Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Assim, diante de tantos dispositivos que regulamentam e garantem o acesso e permanência da pessoa com deficiência aos espaços escolares, não é o aluno que tem que se adaptar à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. A educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos propostos para sua educação.

Da mesma maneira que a pessoa com deficiência precisa estar assegurada quanto aos seus direitos fundamentais, não se pode deixar de falar da contribuição que as tecnologias assistivas vem dar a esse público. Assim, a expressão tecnologia assistiva é nova e está em processo de construção. Baseia-se na utilização de instrumentos que têm por objetivo proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, a fim de facilitar seu cotidiano por proporcionar independência e inclusão. Nesse sentido, Manzini (2005) afirma:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (Manzini, 2005, p. 82).

Coesos nesse pensamento, pode-se dizer que a tecnologia assistiva são recursos tecnológicos que tornam o desempenho das atividades do dia a dia mais fácil. Algumas dessas atividades são a comunicação, a mobilidade, o trabalho, a educação, o lazer, a higiene pessoal e a saúde.

A tecnologia assistiva é um conjunto de recursos e serviços que visa promover a funcionalidade de pessoas com deficiência, de modo a proporcionar-lhes maior independência, qualidade de vida e inclusão social.

Nesse sentido, as salas de AEE surgem como um espaço capaz de assegurar o emprego desses processos.

Segundo Giroto, Poker e Omote (2012), as tecnologias nas práticas pedagógicas é um verdadeiro “lócus privilegiado para a inclusão”, visto que além de realizar a inclusão, valorizam o educando especial (Giroto; Poker; Omote, 2012, p. 10).

Corroborando com o pensamento desses autores, Mantoan (2010), aponta a importância da educação especial como uma necessidade que está tão evidente ao ponto de haver necessidade contínua de rediscussão, além de outros fatores.

Portanto, as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, que devem ter acesso às Linguagens, Educação, Sociedade. São capazes e devem participar de práticas pedagógicas adequadas, ter acesso e aprender com instrumentos da Tecnologia Assistiva, que são recursos inclusivos e que devem fazer parte do cotidiano desses usuários, sempre na busca incessante de proporcionando-lhes autonomia e dignidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após o estudo de algumas literaturas acerca das dificuldades dos professores com respeito ao trabalho desenvolvido nas salas de AEE no Ensino Regular, faz-se a apresentação dos resultados, com análise de forma qualitativa e quantitativa dos quadros e a discussão dos resultados.

Para a obtenção desses resultados, foram efetuados os seguintes passos:

- Quadro para mostrar as principais falas dos professores para uma análise e discussão dos resultados com a teoria.
- Obtenção dos resultados da significância dessas discussões, onde teremos as respostas alcançadas para atingimos as considerações finais deste estudo.

Os relatos dos professores foram categorizados conforme o método de análise de conteúdo proposto por Amado (2009) em Introdução à Investigação Qualitativa na Educação.

Conforme a investigação todos os 04 (quatro) professores, que receberam o questionário por e-mail, devolveram devidamente respondido, cujos nomes, para que não haja exposição dos participantes, serão mantidos em sigilo, ficando os tais denominados como: P1, P2, P3, P4.

A questão (01) do questionário buscou verificar as dificuldades que o professor encontra no trabalho com estudantes com deficiência. Esses professores recebem no dia a dia da sala de aula alunos com deficiência, por isso a importância de saber sobre suas dificuldades na implementação do trabalho pedagógico.

Quadro 1 - Quais as dificuldades que você encontra em trabalhar com estudantes com deficiência?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
P1	Esse professor relatou que sente muita dificuldade por conta de alguns fatores como: falta de apoio, os professores auxiliares não têm formação e isso dificulta bastante o trabalho. O próprio professor da sala não tem formação suficiente para lidar os vários tipos de deficiência.
P2	O relato dessa professora foi semelhante ao do P1, porém ela acrescentou que a família não colabora na questão de incentivar o filho, acompanhar as atividades escolares.
P3	As dificuldades se dão pela falta de formação continuada e de material didático.
P4	Essa professora sobre a falta do diagnóstico da criança, o que dificulta ainda mais o trabalho com ela.

Fonte: própria - 2024

O quadro 1, apresenta uma similaridade das respostas dos docentes em relação à formação do professor.

Nesse sentido, Silva (2010 p. 4) afirma que a falta de capacitação e de material didático adequado é uma das principais dificuldades para que de fato o processo de inclusão aconteça.

Já a questão 2 (dois) buscou perceber a importância da sala de AEE no dia a dia do professor que atende crianças com deficiência.

Quadro 2 – Qual a importância da sala de AEE em seu dia a dia pedagógico no atendimento à criança com deficiência?

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
P1	Esse professor relatou que sente dificuldade de trabalhar com as crianças que precisam de atendimento educacional especializado por conta de sua formação que não foi capaz de prepará-lo de forma que ele viesse a desenvolver um trabalho Nessa área.
P2	O relato dessa professora aponta que ela leva suas crianças para a sala de AEE, ela diz que lá na sala tem uma professora especializada na área e que desenvolve um bom trabalho com as crianças. No entanto, gostaria de ter uma formação que a capacite para trabalhar no cotidiano com essas crianças. Ela acrescenta que a sua formação superior, não a preparou suficientemente para esse trabalho.
P3	Ela disse que leva suas crianças para sala de AEE, mas o tempo é insuficiente para desenvolver atividades de excelência, ainda diz que gostaria de ter capacitação na área para aprender as técnicas certas de desenvolver atividades voltadas para o desenvolvimento dessas crianças.
P4	Essa professora disse que trabalha mesmo trabalhando atividades lúdicas em sala de aula, busca a sala de AEE para atividades inerentes à deficiência dos seus alunos. Ainda complementa dizendo que precisa de uma formação que seja capaz de fazer com que ela aprenda a trabalhar com os vários tipos de deficiência.

Fonte: própria - 2024

O quadro 2, apresenta as respostas dos professores onde se abstrai dessas falas a grande dificuldade de trabalhar com criança com deficiência, além de não saber qual é a funcionalidade da sala de AEE.

Nesse sentido, Mantoan (2015) coloca:

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda (Mantoan, 2015, p. 81).

Corroborando com o que diz Mantoan (2015), questões levantadas por Prieto (2006), levam à reflexão de que muitos professores ainda não veem ou valorizam a diversidade e as diferenças como fator positivo na aprendizagem e interação entre os alunos, mostrando que as formações previstas nas leis, possam não estar acontecendo de uma forma a contemplar aspectos importantes, ou essenciais, para a inclusão. Questionamentos dessa natureza, ressaltam a necessidade da formação continuada, para que os profissionais da educação possam exercer suas funções de forma adequada.

Em relação ao conhecimento do professor, Prieto (2006) afirma:

[...] deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização. O primeiro equívoco que pode estar associado a essa ideia é o de que alguns vão à escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos (Prieto, 2006, p. 60).

Nesse sentido, conclui-se que a formação continuada do professor precisa acontecer de forma a enriquecer seus conhecimentos teórico-práticos ao ponto de prepará-los para trabalhar com os alunos com deficiência, além de saber utilizar as ferramentas adequadas e necessárias para seu pleno desenvolvimento, sem esquecer de levar em consideração o uso da sala de AEE como espaço acolhedor e como lócus de aprendizagem. É importante que o professor tenha determinadas vivências, como visitas a museus, teatros e outros espaços, para ampliar o seu universo cultural (Lopes, 2014; Novais, 2010). Somente assim, emitindo a devida importância à formação do professor é haverá nos espaços escolares profissionais capazes e motivados a trabalharem de forma diferenciada com seus alunos, em um ambiente onde não haja espaço para preconceitos, nem qualquer forma de discriminação, mas com valorização da diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo foi capaz de atender aos objetivos da pesquisa quando responde sobre a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), numa escola municipal de Limoeiro/PE, pois ela oferece atendimento especializado a alunos com deficiência. Além do mais, o estudo possibilitou apontar a deficiência existente na formação dos professores que atendem crianças com deficiência, pois esse profissional tem a tarefa de desenvolver estratégias e recursos pedagógicos que atendam às individualidades e especificidade de cada aluno.

A sala de AEE deve proporcionar um ambiente inclusivo, onde o aluno pode receber atenção personalizada, garantindo sua participação efetiva e seu desenvolvimento educacional. No entanto, o que se percebeu nas respostas ao questionário aplicado é que os professores sentem dificuldade de aplicar atividades direcionadas aos alunos e que a sala de AEE acaba se tornando um espaço para essa efetivação por conta da profissional que lá trabalha por conta de sua formação.

A pesquisa também foi capaz de mostrar que com os resultados desse estudo percebe-se que o tema abordado requer estudos mais aprofundados, pois a demanda de alunos que necessitam de um acompanhamento especializado só aumenta a cada dia, fazendo com que os professores se preparem e se capacitem visando esse atendimento.

## REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Introdução à Investigação Qualitativa em Educação**. Relatório de Disciplina Apresentado nas Provas de Agregação da Universidade de Coimbra Faculdade de Psicologia de Ciências da Educação, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso: 05 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 04/2009. **Institui o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2009.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, set. 2008b. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Acesso: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Art. 60 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=art.+60+da+lei+de+diretrizes+e+bases+%2F96>. Acesso: 21 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2007b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.253%2C%20DE%2013%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202007.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,2007%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.253%2C%20DE%2013%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202007.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,2007%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, de 13 de julho de 1990 (ECA). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso: 3 ago. 2024.

BRASIL. MEC/SEESP. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**, 6. ed. São Paulo: Atlas, p. 203. 2005.

LOPES, A. C. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000200009>. Acesso: 24 ago. 2024

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82. 2005.

MANTOAN, M. T. E. (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, p. 81. 2015.

NOVAIS, G. S. (Org.). **Formação docente e inclusão escolar: Ensinando de um jeito que não aprendi?** In: Novais, GS.; Cicillini, GA. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG. 2010.



OMOTE, S. **A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial.** In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II*. Londrina: Editora UEL, p. 218. 2012.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, p. 60. 2006.

SILVA, A. M. da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Ibplex, p. 4. 2010.